

Práticas Educativas Cooperativas e Desenvolvimento Rural: um estudo de caso da COOPERJA

Cooperative Educational Practices and Rural Development: A Case Study of COOPERJA

Taís REISDERFER

PPGDTSA (UFPEL) e PPGAdm (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

Cláudio BECKER

UFPEL. Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

Larissa Ferreira TAVARES

UFPEL. Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

GT 06 - Cooperativismo, Associativismo e demais ações coletivas no meio rural.

Resumo: A presente pesquisa analisou a internalização e a implementação do princípio da Educação Cooperativa na Cooperativa Agroindustrial de Jacinto Machado (COOPERJA). O objetivo foi investigar como as ações de fomento educacional cooperativo contribuem para a perenidade da organização e para o desenvolvimento das ruralidades. A problemática central fundamenta-se nos desafios da sucessão rural, no envelhecimento e na masculinização do campo, fenômenos agravados pela carência de infraestrutura e de políticas públicas que impulsionam a evasão de jovens e mulheres do campo. A pesquisa de abordagem predominantemente qualitativa trata-se de um estudo de caso que utilizou-se de coleta de dados realizada entre julho e agosto de 2025, envolveu observação participante, análise de documentos e a realização de 35 entrevistas. Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo. Os resultados indicam que os programas “COOPERJA do Amanhã”, fortalecem o sentimento de pertencimento, o senso de coletividade, a consciência crítica e a gestão democrática. Os programas também são responsáveis por diminuir a evasão do campo, garantindo a compreensão plena da relevância do trabalhador rural, da propriedade familiar e da diversidade das ruralidades. No grupo integralizado por mulheres, nota-se o potencial libertador e emancipador dessas práticas ao garantirem um processo de aprendizagem íntegro, solidário e acessível, cujo público feminino tem protagonismo pleno. Contudo, observaram-se limitações na abrangência das ações em comunidades remotas e uma dependência de incentivos externos, além de algumas dificuldades metodológicas complexas. Conclui-se que a educação cooperativa é uma ação vital para a sustentabilidade da organização e para a melhoria das condições de vida no campo, sendo essencial para mitigar o êxodo rural.

Palavras-chave: perenidade; êxodo rural; desenvolvimento socioeconômico; educação transformadora; pertencimento e participação.

Abstract: This research analyzed the internalization and implementation of the Cooperative Education principle at the Cooperativa Agroindustrial de Jacinto Machado (COOPERJA). The objective was to investigate how cooperative educational promotion actions contribute to the enterprise's longevity and the development of ruralities. The central problem is based on the challenges of rural succession, aging, and the masculinization of the countryside, phenomena aggravated by a lack of infrastructure and public policies that drive the exodus of young people and women from the countryside. The predominantly qualitative approach research is a case study that used data collection carried out between July and August 2025, involving participant observation, document analysis, and 35 interviews. The data were processed through content analysis. The results indicate that the “COOPERJA of Tomorrow” programs strengthen the feeling of belonging, the sense of collectivity, critical awareness, and democratic management. The programs are also responsible for reducing rural exodus, ensuring a full understanding of the relevance of rural workers, family property, and the diversity of ruralities. In the group integrated by women, the liberating and emancipating potential of these practices is notable as they guarantee an integral, supportive, and accessible learning process, in which the female public has full protagonism. However, limitations were observed in the scope of actions in remote communities and a dependence on external incentives, in addition to some complex methodological difficulties. It is concluded that cooperative education is a vital action for the organization's sustainability and for improving living conditions in the countryside, being essential to mitigate rural flight.

Keywords: perennality; rural exodus; socioeconomic development; transformative education; belonging and participation.

1. Introdução

A cooperação, embora se manifeste como uma prática ancestral de união dos povos voltada a fins comuns adquiriu contornos de modelo organizacional formal como uma resposta direta às crises sociais agudas da Revolução Industrial (Hendges; Schneider, 2006). Desde a fundação histórica dos Pioneiros de Rochdale, o cooperativismo propõe-se como uma alternativa concreta à exploração do capital, fundamentando-se nos pilares da solidariedade e na valorização intrínseca do indivíduo (Foschiera; Nunes, 2017; Reischerfer; Menezes; Becker, 2024). No entanto, a relevância da presente investigação reside no paradoxo contemporâneo que permeia esse modelo: a dificuldade de sustentar uma estrutura pautada na ajuda mútua dentro de uma racionalidade neoliberal que, conforme apontam Dardot e Laval (2016), impõe a concorrência como norma universal de conduta. Esse cenário exige que as organizações cooperativas equilibrem sua essência doutrinária com as exigências de eficiência de um mercado globalizado que muitas vezes desconsidera a dimensão social do trabalho.

Nesse contexto, a investigação justifica-se pela premente necessidade de compreender os efeitos das práticas de educação cooperativista sobre o sujeito inserido em um regime de crescente "mercantilização de toda a sociedade" (Dardot; Laval, 2016). Se, por um lado, o instinto humano de solidariedade atua como uma força que impede a vivência em um estado de eterna competição (Singer, 2001), por outro, as cooperativas não estão imunes às pressões externas de rentabilidade e produtividade. É justamente nesse hiato que a educação cooperativa assume um papel central e estratégico. Ela não deve ser reduzida a um mero treinamento técnico ou operacional, mas sim compreendida como um processo formativo e ético, essencial para a emancipação do associado e para a construção de uma cultura de justiça social (Schneider, 2003; Freire, 2014).

Para compreender o cooperativismo agropecuário em sua plenitude, é indispensável resgatar a trajetória da própria agricultura, que marca o início da civilização sedentária na Mesopotâmia (Paschoal, 2024). No Brasil, essa história remonta às práticas das tribos indígenas e à domesticação de espécies nativas, evoluindo para uma atividade que, a partir da década de 1970, experimentou uma intensa tecnificação e modernização (Wanderley, 2009). Contudo, esse processo ocorreu de forma desigual: enquanto o setor se expandia globalmente, os pequenos produtores e a agricultura familiar passaram a enfrentar desafios crescentes de rendimento, instabilidade de preços e desvantagem competitiva frente aos latifúndios (Redin, 2023). Essa desigualdade estrutural alimentou o fenômeno do êxodo rural, que entre as

décadas de 1960 e 1980 deslocou cerca de 27 milhões de brasileiros para as cidades (Camarano; Abramovay, 1999).

Atualmente, o esvaziamento do campo é agravado pela carência de infraestrutura e pela migração de jovens e mulheres, que buscam nos centros urbanos o acesso à saúde, educação e lazer que o rural muitas vezes nega (Redin, 2023). Diante da ameaça à sucessão rural e à própria sobrevivência das comunidades agrícolas, o cooperativismo desponta como o diferencial para o sucesso econômico e social, oferecendo aos agricultores a agregação de valor e a assistência técnica necessárias para sua permanência no campo (Boessio; Doula, 2015). A formulação da temática desta pesquisa centra-se, assim, no eixo de análise da Educação Cooperativa, trazendo um enfoque para fatores internos da organização, como sua perenidade econômica, social e ambiental, somando-se a um olhar atento aos possíveis impactos ao desenvolvimento das ruralidades.

A gênese da organização social humana é indissociável da evolução das práticas de subsistência, transicionando de uma lógica nômade de caça e coleta para a consolidação da agricultura (Paschoal, 2024). Essa mudança representou uma revolução ontológica e técnica, permitindo o sedentarismo humano por volta de 10.000 a.C., inicialmente nos altiplanos da Mesopotâmia (Paschoal, 2024). O desenvolvimento de técnicas de irrigação e a consequente produção de excedentes foram os pilares que fundaram a civilização, dando origem às primeiras trocas comerciais, à urbanização e à divisão do trabalho (Paschoal, 2024).

No contexto brasileiro, o cenário agrário sofreu uma transformação estrutural a partir da década de 1970, denominada "modernização conservadora", caracterizada por um salto em tecnificação e produtividade que, contudo, não ocorreu de forma democrática (Wanderley, 2009). Nesse embate, a Agricultura Familiar, responsável pela quase totalidade dos alimentos consumidos no país, encontra-se em posição de vulnerabilidade devido a essa modernização desigual (Redin, 2013). Enquanto latifúndios acessam tecnologias de ponta, o pequeno produtor enfrenta baixo rendimento, instabilidade de preços e acesso limitado a insumos (Redin, 2023). Essa desvantagem competitiva empurra o agricultor familiar para margens de risco econômico e miséria, tornando o apoio institucional e as políticas públicas indispensáveis para o fortalecimento do setor (Redin, 2023).

O deslocamento das populações rurais para os centros urbanos não é um fenômeno isolado, mas o resultado de processos de urbanização e industrialização desiguais. Entre os anos de 1960 e 1980, o Brasil testemunhou um êxodo rural de dimensões colossais, com cerca de 27 milhões de pessoas deixando o campo (Camarano; Abramovay, 1999). Esse movimento

alterou a face demográfica do país: em 1970, a população rural atingia seu ápice com 44% do total nacional; desde então, o declínio tem sido tanto relativo quanto absoluto.

O êxodo rural apresenta características ainda mais preocupantes: o rejuvenescimento e a feminização do fluxo migratório. Jovens e mulheres são os primeiros a abandonar o campo, motivados pela deficiência de direitos básicos, como saúde, educação, saneamento e lazer (Redin, 2023). A falta de investimentos e o peso burocrático de programas governamentais criam um ambiente hostil à continuidade do trabalho herdado.

Neste cenário, a sucessão rural torna-se o tema central para a perenidade do meio rural. Segundo Anjos, Caldas e Pollnow (2014), a continuidade das propriedades familiares depende intrinsecamente do sucesso nesse processo sucessório. Sem o jovem, a agricultura familiar perde não apenas sua força de trabalho, mas sua capacidade de inovação e renovação de ideias. É aqui que o cooperativismo entra como o elo estratégico: ele oferece o diferencial econômico e social que pode tornar a permanência no campo viável e atraente para as novas gerações.

Para compreender a crise da sucessão geracional, é imperativo delimitar o conceito de ruralidades como um modo de vida multifacetado que envolve dimensões sociais, culturais e subjetivas, superando a visão estigmatizada de "atraso" (Wanderley, 2009). A ruralidade contemporânea caracteriza-se pela pluriatividade e por relações que integram o campo à dinâmica global sem perder a identidade territorial (Kageyama, 2004). Segundo Redin (2023), essas ruralidades são construções em disputa entre a lógica das *commodities* e a resistência da agricultura familiar, que defende o campo como território de reprodução da vida e saberes (Wanderley, 2009).

A perenidade organizacional surge como eixo de sobrevivência das cooperativas, transcendendo a saúde financeira para focar na fidelidade à identidade doutrinária e na adaptação temporal (Schneider, 2003). A perenidade depende do equilíbrio entre eficiência produtiva e fortalecimento da base social via educação, sendo resultado da simbiose entre a sucessão familiar e a renovação de lideranças (Ferreira; Souza, 2019). Contudo, o êxodo rural apresenta-se como a principal ameaça a essa continuidade. O Brasil enfrentou um declínio populacional rural drástico desde 1970, marcado hoje por um fluxo seletivo de rejuvenescimento e feminização da saída do campo (Camarano; Abramovay, 1999).

A evasão é alimentada pela deficiência histórica de direitos fundamentais, como saúde, saneamento e lazer, além da burocracia estatal (Redin, 2023). A sucessão, portanto, não é meramente transferência de patrimônio, mas a continuidade de um modo de vida

essencial à segurança alimentar (Anjos; Caldas; Pollnow, 2014). Neste ponto, o modelo cooperativo revela-se vital para sustentar o sistema, transformando a atividade agropecuária em um projeto de vida viável. Existe uma interdependência absoluta: a cooperativa necessita do jovem para inovar, enquanto o jovem depende da cooperativa para acessar mercados e viabilizar sua permanência no campo (Boessio; Doula, 2015).

A compreensão das sociedades cooperativas reside na essência do ser social e no instinto ancestral de solidariedade que permitiu a sobrevivência da espécie. Singer (2001) argumenta que uma sociedade pautada no individualismo e na concorrência levada às últimas consequências estaria fadada ao colapso, pois a reprodução da vida depende de uma dose indispensável de interação altruísta. Essa natureza ganha contornos em Frantz (2001), que define a cooperação como uma ação consciente e combinada entre indivíduos com vista a um determinado fim, oferecendo uma alternativa à exploração capitalista (Reisderfer; Menezes; Becker, 2024).

Historicamente, a institucionalização desse sentimento ocorreu com a fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 1844, criando o que Gide (2008) denomina "economia social". Nesse sistema, a associação voluntária visa satisfazer necessidades comuns e promover justiça social por meio da ajuda mútua, buscando construir uma cultura de autonomia que transcende a simples atividade produtiva (Schneider, 2012). No Brasil, essa trajetória foi marcada pela imigração europeia (Macei, 2014), embora o desenvolvimento nacional tenha sido frequentemente incentivado "de cima para baixo" pelo Estado como instrumento de política agrícola (Calgaro, 2016).

No Sul do país, essa semente encontrou terreno fértil devido à herança comunitária. No Rio Grande do Sul, a figura de Theodor Amstad é central na fundação da primeira cooperativa de crédito rural em 1902, experiência que deu origem ao sistema Sicredi (Reisderfer, 2023). Em Santa Catarina, o modelo demonstrou uma robustez ímpar, equilibrando setores que vão do crédito ao agroindustrial, apresentando forte articulação institucional (Vedana, 2022).

A perenidade das cooperativas, especialmente no setor agropecuário, enfrenta hoje um adversário ideológico sutil e onipresente: a racionalidade neoliberal. De acordo com Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não deve ser compreendido apenas como uma doutrina econômica, mas como um sistema que impõe a mercantilização de todas as esferas da vida social. Essa lógica transforma a própria subjetividade do indivíduo, forçando-o a agir segundo o princípio universal da concorrência, o que os autores chamam de "generalização da

forma-empresa". Em tal regime, o indivíduo é induzido a ver a si mesmo e ao outro como competidores em um mercado totalizante.

Nesse cenário de disputa de racionalidades, a educação cooperativa surge não apenas como um requisito técnico ou administrativo, mas como um dispositivo fundamental de resistência. Se ninguém nasce cooperativista, como afirma Schneider (2003), é por meio de um processo contínuo de aprendizado e vivência que o indivíduo se torna capaz de atuar fora da lógica de mercado dominante. A educação, aqui, deve ser compreendida sob a ótica da pedagogia libertadora de Paulo Freire (2014). Para ele, a educação deve ser um ato político e transformador, capaz de promover a autonomia dos sujeitos através da tomada de consciência crítica. Trazendo para o contexto cooperativista, isso significa formar sujeitos que compreendam sua realidade e se comprometam com a gestão coletiva e a autogestão.

A crítica de Mészáros (2008) torna-se vital para esta análise ao diferenciar a educação que serve à reprodução do capital daquela que visa à emancipação humana. Para o autor, a educação formal institucionalizada frequentemente atua como ferramenta de internalização de valores dominantes, preparando os indivíduos para a conformidade. Em contrapartida, a educação cooperativa deve valorizar os processos informais e dialógicos que ocorrem na convivência cotidiana da comunidade. Segundo Mészáros (2008), uma educação verdadeiramente transformadora deve desafiar as formas dominantes de internalização, promovendo a autonomia e a criticidade para além das amarras ideológicas tradicionais.

A institucionalização dessa formação no Brasil teve um marco decisivo com a criação do SESCOOP em 1999 (Ferreira; Souza, 2019). O serviço busca suprir a lacuna deixada pela educação empresarial tradicional, que negligencia os princípios doutrinários da cooperação. Entretanto, como advertem Schneider e Hendges (2006), a ausência de uma formação profunda e permanente ainda leva muitas organizações ao colapso, evidenciando que a técnica sem a doutrina é insuficiente para garantir a longevidade da cooperativa.

A prática educativa cooperativa, portanto, deve ser compreendida como emancipatória e permanente, um processo vitalício que demanda cuidados, revisão constante e isenção de discriminações (Hendges; Schneider, 2006), capaz de despertar lideranças comprometidas com a transformação social e o desenvolvimento local, extrapolando os limites institucionais (Schneider, 2003). As práticas educativas também precisam ser dialógicas, substituindo a passividade pedagógica pela participação ativa, onde o conhecimento é construído na relação entre o saber técnico e a realidade vivida pelo cooperado (Freire, 2014).

O objetivo central deste trabalho, portanto, é analisar as práticas de educação cooperativista e seus desdobramentos na formação da subjetividade dos indivíduos, com um enfoque especial nas experiências proporcionadas pelos programas “COOPERJA do Amanhã”. O “guarda-chuva” “COOPERJA do Amanhã”, é um conjunto de quatro programas, voltados a por em prática o quinto princípio universal do cooperativismo - Educação, formação e informação. O programa surge oficialmente em 2019, na Cooperativa Agroindustrial de Jacinto Machado (COOPERJA), e com o passar dos anos, conforme a necessidade vão se criando os programas com base no público atendido, sendo eles: a) “COOPERJA do Amanhã Mulheres”; b) “COOPERJA do Amanhã Líderes”; c) “COOPERJA do Amanhã Jovens”; e d) “COOPERA do Amanhã Escolas”. A relevância do estudo amplia-se ao observar que a ausência de uma formação adequada e contínua pode levar ao colapso das instituições e, primordialmente, à perda da identidade doutrinária que diferencia o cooperativismo das empresas puramente mercantis (Ferreira; Souza, 2019; Hendges; Schneider, 2006). Ao investigar esses programas, busca-se evidenciar como a educação pode atuar como um dispositivo de resistência, promovendo não apenas a liderança e a inclusão, mas garantindo a perenidade do movimento frente aos desafios impostos pela modernidade (Reisderfer, 2023; Reisderfer *et al.*, 2025).

3. Metodologia

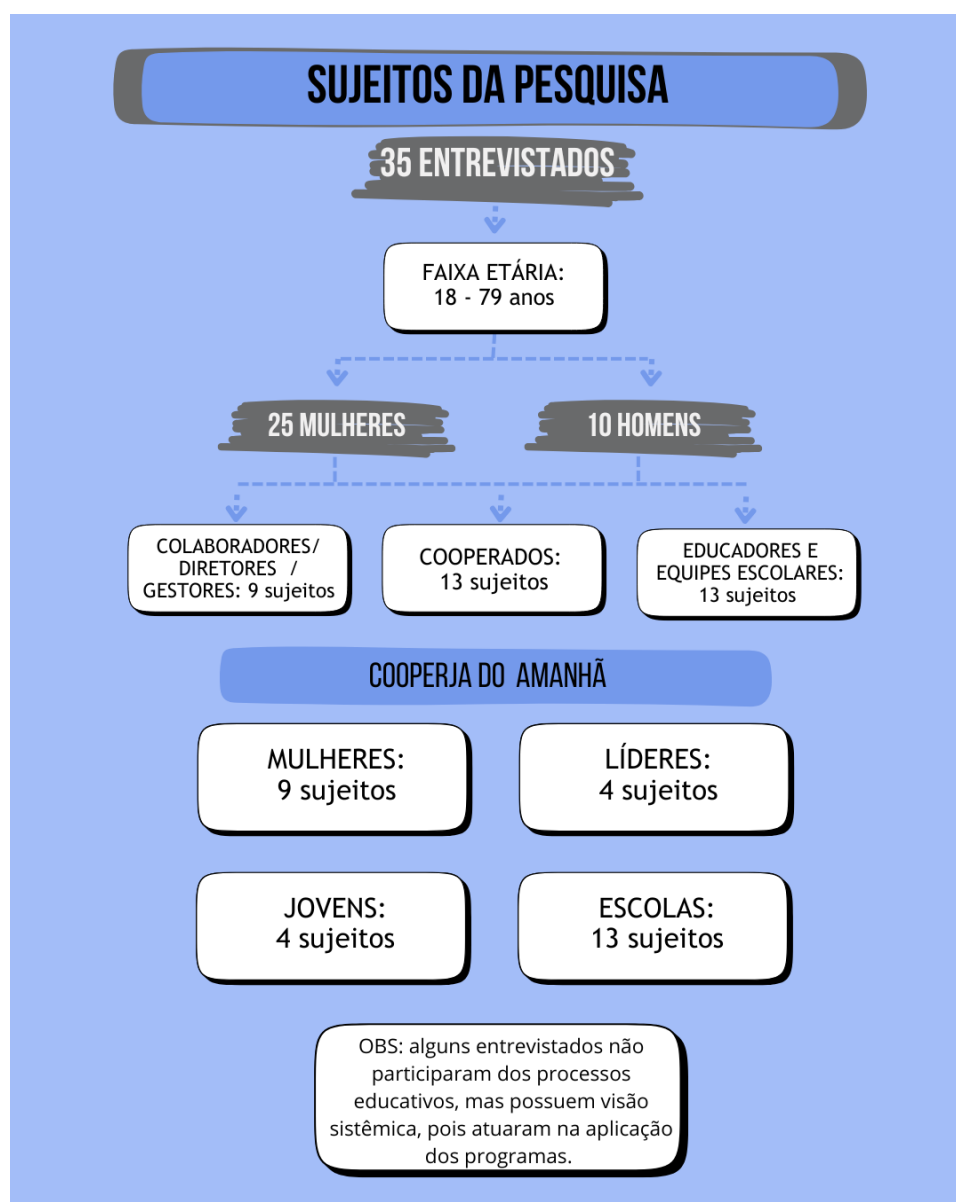
Esta seção tem como objetivo detalhar o método e as técnicas de pesquisa, assim como apresentar e descrever os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados. Segundo Collis e Hussey (2005), metodologia “é um plano detalhado que servirá como um guia para focar a pesquisa” em estudo, ou seja, a ordem necessária que deve ser seguida nos diferentes processos para atingir um resultado desejado (Collis; Hussey, 2005, p. 113).

O estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-interpretativa (Triviños, 1987), focada na análise e interpretação de fenômenos atuais e seu funcionamento no presente (Marconi; Lakatos, 2002). A investigação se deu através de um estudo de caso, método apropriado para investigar fenômenos contemporâneos em seus contextos reais, especialmente quando as fronteiras entre ambos não estão claramente definidas (Yin, 2001).

Para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados, utilizou-se a triangulação de dados, articulando três técnicas distintas: a) entrevistas semiestruturadas: realizaram-se 35 entrevistas entre julho e agosto de 2025. O número de participantes foi delimitado pelo critério de saturação teórica, interrompendo-se as coletas quando as informações passaram a

apresentar singularidades repetitivas (Bauer; Gaskell, 2002). Os sujeitos entrevistados foram diversos e bastante homogêneos, buscando sobretudo, resultados próximos da realidade, perfil dos sujeitos expresso na figura 1. As falas foram gravadas e transcritas via inteligência artificial (*TurboScribe/Whisper OpenAI*), com rigorosa revisão e formatação manual pela autora; b) observação participante: técnica empregada para o registro sistemático de interações e comportamentos no cotidiano da cooperativa durante o período de campo; c) análise documental: exame de fontes secundárias, incluindo relatórios de gestão, livros históricos e materiais institucionais da COOPERJA (atualizados até 2025), além de registros fotográficos autorais.

Figura 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

O tratamento dos dados coletados, provenientes das 35 entrevistas, da observação e da análise documental, seguiu rigorosamente os preceitos da Análise de Conteúdo, conforme a sistemática proposta por Bardin (1988).

O processo de exposição dos dados primários foi estruturado de forma a privilegiar a densidade analítica em detrimento da repetição exaustiva de fragmentos discursivos. Para tanto, utilizou-se a técnica de agrupamento de unidades de registro que apresentavam convergência temática e semântica. Esse procedimento ocorre quando a análise da pesquisadora identifica que diferentes entrevistados, embora utilizem formulações próprias, descrevem o mesmo fenômeno ou compartilham da mesma percepção sobre uma prática da cooperativa. Dessa forma, a indicação de múltiplos sujeitos ao final de uma asserção (ex: E1, E5, E12) cumpre três funções fundamentais na pesquisa: a) validação por saturação; b) economia discursiva; e c) fortalecimento da triangulação. O agrupamento facilita a correlação dos achados com os dados secundários e a observação participante, evidenciando onde a percepção dos participantes converge com os demais registros de pesquisa da pesquisadora. Este método de síntese assegura que o texto final apresente uma visão sistêmica da realidade estudada, respeitando a subjetividade de cada entrevistado enquanto destaca a força das evidências que emergem da consciência coletiva do grupo.

O objeto de estudo dessa pesquisa insere-se em um contexto regional e setorial de alta relevância socioeconômica, marcado pela forte presença e articulação do cooperativismo, notadamente no ramo agropecuário. A COOPERJA tem sua sede administrativa em Jacinto Machado (SC), localizada no extremo sul catarinense. Tendo o arroz como destaque produtivo, mas também a presença marcante de outros cultivos, como a banana, o maracujá e a pitaiá, frutas características da região. A sua área de atuação primária, concentra-se no estado de Santa Catarina, em especial na região sul do estado, onde este encontra o Rio Grande do Sul (RS) e o Litoral Norte gaúcho e, em detalhe, a estrutura e a estratégia da Cooperativa.

No âmbito educacional, a COOPERJA implementou o programa COOPERJA do Amanhã, com o objetivo de promover a educação cooperativista desde a infância até a fase adulta. O programa é dividido em quatro vertentes, com enfoques distintos, mas complementares: a) mulheres; b) líderes; c) jovens; e d) escolas.

Na busca por responder aos questionamentos propostos pela pesquisa, as 35 entrevistas semiestruturadas, já detalhadas anteriormente, foram coletadas entre julho e agosto de 2025, na região do entorno da sede administrativa da COOPERJA, como delimitado na figura 3 (Jacinto Machado, Praia Grande, Santa Rosa do Sul e Balneário Gaivota).

Figura 3 - Mapeamento dos locais visitados para coleta de dados



Fonte: Elaborado pela autora, 2026.

A delimitação desse universo de análise, aliada ao desenho metodológico proposto, permite que a investigação transcenda a dimensão técnica da gestão cooperativa para alcançar a profundidade dos processos sociais e educativos que moldam a perenidade da organização. O rigor na coleta através da triangulação e o cuidado analítico no agrupamento dos relatos garantem que a realidade da COOPERJA seja interpretada em sua totalidade, oferecendo um diagnóstico consistente sobre como o investimento no capital humano e social pode mitigar desafios críticos como o envelhecimento e a masculinização do campo.

4. Discussão dos Resultados

Os resultados aqui discutidos são fruto da análise das trajetórias formativas e dos impactos sociopolíticos percebidos pelos diferentes atores do programa "COOPERJA do Amanhã". A análise segue a lógica de triangulação entre os relatos dos sujeitos, as observações de campo e o referencial teórico da educação emancipatória e do desenvolvimento rural. A análise revela uma reconfiguração do capital social coletivo que transcende o desenvolvimento individual, construindo uma identidade que retroalimenta o sistema (E30; E35). A presença de novos atores qualificados transforma a cultura organizacional, garantindo a perenidade organizacional (Schneider, 2003) através de uma participação consciente e engajada.

4.1 Processo de adesão e subjetividade cooperativa

O ingresso nos programas ocorre por fluxos distintos, mas converge para uma estratégia de busca ativa. No "Eixo Escolas", a integração é institucional, transformando a

escola em um "braço externo da educação cooperativista" (E30; E34). Já nos eixos "Mulheres" e "Jovens", a adesão nasce de provocações cotidianas, muitas vezes no diálogo direto nas unidades de atendimento.

O ato de participação é descrito não como um registro administrativo, mas como um marco de reposicionamento individual frente ao coletivo. Para muitos, representa rompimento com uma "inércia social" dentro da unidade produtiva. Conforme relata a entrevistada E07, o início da trajetória foi uma "abertura de horizontes", onde a expectativa de um aprendizado puramente técnico deu lugar à percepção de que a formação tocava em dimensões subjetivas. Esse processo de acolhimento é vital para a quebra de barreiras psicológicas: "o início foi marcado por um forte componente emocional... o carinho e a recepção serviram como suporte essencial em momentos de vulnerabilidade" (E28). Essa acolhida inicial valida a perspectiva de Freire (2014) sobre a educação como um ato de amor e coragem, essencial para transformar o associado utilitarista em um sujeito cooperativista consciente de sua copropriedade no empreendimento coletivo (Schneider, 2003).

4.2 "COOPERJA do Amanhã Mulheres"

A atuação sistemática deste eixo representa uma transição paradigmática na cultura organizacional da cooperativa: a passagem de uma instituição de feição masculina para uma cooperativa de "famílias associadas". A pesquisa demonstra que o efeito coletivo mais disruptivo deste programa foi a desconstrução do patriarcado institucional que, historicamente, balizava as decisões no campo e o acesso à representação política interna (E11; E30).

Antes da estruturação deste grupo, o ambiente das assembleias e o cotidiano das unidades eram marcados por uma homogeneidade que tratava a mulher como uma figura invisível ou secundária (E11; E30). A transição identitária é o achado mais potente: a ruptura com o rótulo "do lar" para a autoidentificação como agricultora. Conforme relata a entrevistada E26: "se tu fosse me entrevistar há um tempo atrás, eu ia dizer pra ti que eu era do lar [...] esse programa veio para mostrar para a mulher a importância que ela tem, e ela tem uma grande importância" (E26).

Essa metamorfose subjetiva corrobora a tese de Schneider (2012) sobre o papel da cooperativa como associação de pessoas e não apenas lógica de mercado. Ao incluir as mulheres, a gestão passa a focar na eficiência social coletiva, oxigenando a governança com critérios de transparência, ética e sensibilidade social (E15; E26).

Um achado singular da pesquisa é a dimensão do cuidado que transborda a técnica. O cotidiano cooperativo incorporou valores de planejamento e preservação que, embora pilares da doutrina original, eram negligenciados pela lógica competitiva (E35). O relato da participante E28 é emblemático: após passar por perdas familiares profundas (marido e filho), ela encontrou no grupo o suporte para a sua reconstrução pessoal:

Eu sempre digo que eu não sei descrever todo o carinho que eu recebi de pessoas que eu não tinha contato nenhum, de mulheres que eu nem sequer conhecia [...] me fez me erguer, foi esse encontro de mulheres que a gente fazia aqui. Eu não consigo me ver hoje se eu não estiver aqui (E28).

Essa atmosfera de acolhimento fortalece a fidelização das famílias. A mulher, ao sentir-se voz ativa, torna-se a defensora mais estratégica da organização na comunidade (E15; E21). A cooperativa deixa de ser um entreposto comercial para tornar-se uma "extensão da casa do associado" (E35).

Apesar dos avanços, a análise crítica revela contradições severas. A primeira delas é o risco da sobrecarga de papéis. Ao ofertar emancipação técnica e administrativa, a cooperativa adiciona à mulher a responsabilidade pela gestão financeira e participação institucional sem que haja uma redistribuição proporcional das tarefas domésticas ou do cuidado com familiares no ambiente privado (E28; E30).

Essa realidade escancara o machismo estrutural: as mulheres acumulam o cuidado do lar, a produção e a gestão, percorrendo jornadas triplas de trabalho (Piecha; Zanini, 2016). Outro ponto crítico é a tensão entre a formação e a ocupação real de cargos. Embora o programa qualifique mulheres para a liderança, a estrutura de poder política da COOPERJA ainda é majoritariamente ocupada por homens em seus níveis executivos mais altos. "As mulheres estão prontas, mas os espaços de poder político real ainda resistem à sua ascensão plena" (E25; E35).

Além disso, a implementação das práticas aprendidas nas formações enfrenta a resistência de cônjuges que não passaram pelo mesmo processo educativo, gerando choques de mentalidade dentro da unidade familiar (E15; E21). A avaliação aponta que o programa seria mais eficaz com módulos de sensibilização conjunta, buscando uma abordagem sistêmica da família rural para evitar que o protagonismo feminino se transforme em exaustão física e emocional.

4.3 "COOPERJA do Amanhã Líderes"

A atuação do eixo Líderes é percebida como o pilar de sustentação da longevidade organizacional da COOPERJA. O efeito coletivo mais contundente identificado na pesquisa é a formação de uma reserva técnica de associados. Antes da sistematização dessa formação, o

cotidiano cooperativo enfrentava o risco do "vazio de liderança", onde a sucessão nos conselhos administrativo e fiscal poderia ser decidida por critérios de tradição ou proximidade, e não por preparo técnico (E11; E30).

Com o programa, o movimento ganha um corpo de líderes que domina a análise de balanços, o direito cooperativo e a gestão de riscos. Isso garante que o "Nós" institucional seja gerido com o mesmo rigor de grandes organizações, mas sem perder a essência do mutualismo (E08; E35). O acerto reside na criação de um filtro de competências, onde o associado busca a liderança não pelo prestígio, mas pela capacidade de entrega estratégica e compromisso com o capital social (E08; E11).

O impacto sociopolítico deste grupo manifesta-se na qualificação da democracia interna. Os líderes formados passam a atuar como multiplicadores e "tradutores" das decisões estratégicas da diretoria para a base de associados, ao mesmo tempo em que trazem as demandas reais do campo para o centro da gestão (E11). "Eles funcionam como um escudo contra crises de imagem e uma base sólida para a aprovação de investimentos audaciosos que garantem o desenvolvimento regional" (E07; E11; E35).

Essa comunicação bidirecional fortalece a confiança no sistema e reduz os ruídos que geram desagregação social. Sob a ótica do desenvolvimento rural, esses líderes deixam de olhar para a propriedade familiar de forma isolada e passam a compreendê-la como parte de um arranjo produtivo regional (E27), entendendo que a sua prosperidade individual é indissociável da saúde financeira da cooperativa (E08; E30).

Apesar da eficácia teórica, a análise crítica revela uma barreira prática: a lentidão na renovação real de cargos. A estrutura política de cooperativas de grande porte tende a ser conservadora, com lideranças históricas que possuem dificuldade em ceder espaço.

A análise dos resultados aponta para o desafio da transmissão institucional. Como defendido por Pinho (2022), a governança deve garantir decisões eficazes ao longo do tempo. Contudo, percebe-se um descompasso entre a qualificação técnica dos novos líderes e sua efetiva integração aos cargos de diretoria. Há uma necessidade urgente de implementar políticas de renovação obrigatória ou mentorias de transição planejada (E11; E35).

Outro ponto crítico identificado é a sobrecarga de expectativas sobre esses sujeitos. No cotidiano, espera-se que o líder seja uma "unidade demonstrativa" de sucesso em todas as frentes: na técnica da lavoura, na gestão financeira e na articulação política (E08).

Esse excesso de cobrança pode afastar talentos que temem a tripla jornada. A pesquisa sugere que o programa deve evoluir para um foco na liderança coletiva, reforçando que ser líder

cooperativista é um exercício de equipe e delegação, e não um heroísmo individual isolado que reproduz a lógica de comando e controle do capital (E08; E35).

Por fim, o eixo Líderes enfrenta o desafio de manter a identidade social da organização. Em um mercado que pressiona constantemente pela capitalização e competição, esses sujeitos são os guardiões do legado cooperativo. A trajetória desses líderes deve ser marcada por uma formação humanística sólida, que impeça que a tecnocracia e a busca pelo resultado financeiro imediato sobrepujem os valores do mutualismo original (E07; E08; E35).

4.4 “COOPERJA do Amanhã Jovens”

O programa voltado aos adolescentes e jovens adultos é avaliado como o principal "seguro de vida" da cooperativa. O efeito coletivo mais imediato é a desmistificação do atraso rural. Antes da consolidação deste grupo, o ambiente cooperativo era percebido pelos mais novos como um espaço de "adultos e idosos", desconectado das aspirações de uma juventude conectada (E11; E30).

A integração sistemática dos jovens operou uma mudança no cotidiano institucional: a COOPERJA passou a ser vista como um polo de inovação e vanguarda tecnológica. O jovem assume o papel de "ponte digital" dentro da unidade produtiva familiar, integrando o saber empírico dos pais com novas ferramentas de monitoramento e agricultura de precisão (E03; E04; E27). Este reconhecimento de competência eleva a autoestima do jovem, permitindo que ele visualize uma carreira de sucesso sem precisar abandonar as suas raízes.

O impacto sociopolítico deste "Nós" juvenil manifesta-se na criação de um fluxo contínuo de sucessão qualificada. Ao conferir protagonismo aos jovens, a cooperativa mitiga o desejo de êxodo para os centros urbanos, o que significa, a nível coletivo, a preservação do capital intelectual e produtivo no território. “O ambiente cooperativo torna-se um espaço de 'conforto geracional', onde o jovem sente que sua linguagem e competências digitais são valorizadas” (E04; E11; E35).

Diferente da sociedade em geral, que muitas vezes estigmatiza o jovem do campo como alguém "sem opções", os participantes do programa são percebidos como sujeitos de vanguarda. Eles escolhem o cooperativismo por entenderem o seu potencial de escala e a sua força política frente aos grandes conglomerados privados (E27; E35). Essa união coletiva reduz a vulnerabilidade social e emocional, criando o que os educadores chamam de um "exército cooperativo" que defende a bandeira da instituição em espaços comunitários (E31).

Apesar do entusiasmo tecnológico, a análise crítica revela uma lacuna profunda: a preparação para a transição sucessória real. Embora o jovem aprenda a técnica e a doutrina,

ele frequentemente retorna para uma propriedade onde o pai detém o controle total do capital e das decisões.

A pesquisa identifica o conflito de poder geracional como um ponto negativo central. A falta de uma mediação mais incisiva da cooperativa dentro do ambiente doméstico faz com que o jovem, mesmo qualificado, sinta-se frustrado ao não conseguir aplicar as inovações aprendidas. Sem autonomia financeira e decisória, o risco é o de um "êxodo rural tardio", onde o jovem abandona o campo não por falta de técnica, mas por falta de poder (E11; E27).

Do ponto de vista metodológico, o programa enfrenta o desafio de competir com os estímulos urbanos e digitais. A avaliação indica que as práticas educativas precisam de uma revisão para se tornarem menos escolares e mais dinâmicas, fugindo de métodos tradicionais de ensino (E08; E10).

A crítica aponta que o jovem não deve ser visto apenas como o "futuro" da cooperativa, mas como o presente. Isso exige a garantia de espaços de fala reais nos núcleos e comissões da COOPERJA, evitando que o engajamento seja apenas passageiro. A sucessão, portanto, deixa de ser uma preocupação técnica para se tornar uma conquista social, baseada na harmonia entre gerações que partilham o mesmo projeto de autonomia no campo (E10; E27; E35).

A atuação do eixo Juvenil consolida a ideia de que a cooperativa é uma escola de cidadania. O movimento ganha defensores que olham para a instituição não pelo preço do insumo, mas pelo valor da cooperação. Ao investir no cotidiano desses jovens, a COOPERJA garante a transferência do conhecimento institucional (Kerche, 2023), evitando que a organização envelheça e perca a sua identidade e competitividade no território (Meinen; Port, 2024).

4.5 “COOPERJA do Amanhã Escolas”

O programa nas escolas é o investimento mais robusto na manutenção do legado cooperativista a longo prazo. O efeito coletivo mais disruptivo deste eixo é a criação de uma barreira cultural contra o individualismo predatório que fragmenta as comunidades rurais. A escola assume o papel de centro de difusão de valores, onde o ensino da colaboração substitui a lógica da competição desenfreada (E30; E34).

O impacto sociopolítico mais tangível manifesta-se no cotidiano ambiental das famílias. O dado é contundente: a mobilização resultou na destinação correta de 33.867,61 kg de resíduos sólidos no exercício de 2025. Esse volume não é apenas um sucesso logístico; é uma prova da eficácia política do protagonismo infantil. As crianças tornam-se

multiplicadoras que desafiam e corrigem práticas obsoletas dos adultos, como a queima de lixo ou o descarte irregular (E17; E20). “A coleta não era feita aqui. O pessoal largava no meio da rua [...] as crianças são a sementinha que a gente planta sobre desmatamento, queimadas e biodiversidade” (E17; E32).

Essa mudança forçada pelos filhos obriga o poder público municipal a responder com infraestruturas de coleta mais eficientes, evidenciando a cooperativa como catalisadora de políticas públicas de saneamento (E20; E34; E35).

Apesar do êxito ambiental, a leitura crítica a partir da observação de campo revela uma contradição pedagógica severa: o formato de gincana baseado na competição. Ao instituir premiações para "vencedores" que mais arrecadam, o programa acaba por importar a lógica meritocrática e competitiva do mercado para um espaço que deveria ser de cooperação plena.

O ponto negativo reside no fato de que o objetivo ambiental (o "fim") está sendo alcançado através de meios que ferem a doutrina cooperativista (a competição escola contra escola). Essa abordagem corre o risco de formar cidadãos que preservam o meio ambiente apenas visando uma recompensa externa ou a vitória sobre o próximo, e não por uma consciência ética intrínseca. Conforme Singer (2001) e Mészáros (2008), ao usar gincanas competitivas, a organização pode estar reproduzindo a "racionalidade instrumental" do capital em vez da interação altruísta defendida pela educação cooperativa original.

A pesquisa detectou que, na ânsia pela vitória, algumas escolas chegaram a colocar turmas competindo umas contra as outras. Em vez de promover o auxílio mútuo, esse formato estimula a rivalidade e a exclusão dos grupos com menor desempenho. A crítica aponta que esse incentivo anula os valores de solidariedade, criando uma geração que entende a cooperação apenas como uma tática de guerra para vencer o concorrente (E17; E34). Atrajetória desses alunos corre o risco de ser marcada por um ativismo momentâneo. Sem um trabalho contínuo que vá além da coleta física de resíduos, o engajamento pode cessar assim que a gincana termina. A avaliação sugere que a cooperativa substitua o modelo de premiação seletiva por reconhecimentos coletivos, reforçando que o ganho ambiental é uma vitória comum do território (E30; E35).

Um ponto positivo de grande proveito metodológico são as iniciativas de hortas escolares e canteiros de ervas e chás. Essas atividades fortalecem o conhecimento tradicional e contribuem com a identificação das crianças rurais com o seu território. Contudo, a pesquisa observou que essas ações ficaram restritas a poucas unidades e a manutenção muitas vezes

recai sobre a equipe escolar e não sobre os alunos. A retomada dessas atividades, com a inclusão ativa das crianças, seria vital para gerar conexão com as origens do campo e romper com a passividade pedagógica (Freire, 2014).

5. Considerações finais

A presente investigação permitiu concluir que a COOPERJA transcende sua função econômica de entreposto e comercialização, consolidando-se como uma instituição transformadora e um motor de desenvolvimento territorial integral no Sul de Santa Catarina e Nordeste Gaúcho. Ao longo desta trajetória, ficou evidente que a cooperativa opera como uma organização pedagógica viva, onde o investimento no capital humano constitui o diferencial estratégico que sustenta a resiliência do modelo frente às pressões da lógica neoliberal e do agronegócio globalizado. As evidências colhidas demonstram que a educação cooperativa não é um apêndice administrativo, mas o mecanismo central de uma "pedagogia do pertencimento", capaz de converter o associado utilitarista em um sujeito histórico, crítico e consciente de seu potencial transformador.

Um dos achados mais robustos desta pesquisa foi a constatação de que a emancipação individual é o gatilho para a mudança social. Nos eixos "Mulheres" e "Jovens", a transformação inicia-se com o rompimento da invisibilidade: enquanto para as mulheres a transição do status "do lar" para "agricultora e gestora" altera profundamente as relações de poder e autonomia na unidade familiar, para os jovens, o despertar desmistifica a visão do campo como local de atraso. Essa valorização do "eu", amparada por competências de liderança e oratória, fortalece a identidade do grupo, corroborando a tese de que ninguém nasce cooperativista, mas torna-se um à medida que a educação promove a segurança subjetiva necessária para inovar e resistir às incertezas do mercado.

No campo da governança, a pesquisa aponta para uma oxigenação necessária, onde o programa "Líderes" garante uma base social tecnicamente qualificada para fiscalizar e impulsionar a gestão, funcionando como um corretor de desigualdades que permite ao pequeno produtor acessar escalas de tecnologia antes restritas ao grande capital. No que tange à sucessão rural, conclui-se que a permanência das novas gerações no campo não depende apenas de lucro, mas de um pacto geracional mediado pela cooperativa, onde o "conhecimento novo" do jovem deve ser acolhido pelo "respeito à tradição" dos pais através de uma inovação social que seja dialógica e territorial. Paralelamente, o impacto nas escolas surge como o testemunho mais concreto dessa força, onde a destinação de mais de 33

toneladas de resíduos sólidos materializa uma ética ambiental que subverte hábitos seculares de poluição através do protagonismo infantil.

Todavia, é imperativo registrar as preocupações críticas que emergem desta análise. O formato de gincana competitiva nas escolas, embora eficiente em números, apresenta uma contradição pedagógica com a doutrina solidária, podendo inadvertidamente reforçar a lógica meritocrática da disputa. Sugere-se, portanto, que a organização evolua para modelos de reconhecimento coletivo, onde o ganho territorial seja celebrado como uma vitória comum. Além disso, a democratização do acesso aos programas ainda enfrenta barreiras geográficas e de mobilidade, especialmente para mulheres e jovens que dependem de terceiros para o deslocamento, o que demanda estratégias de interiorização das atividades e uma abordagem sistêmica que envolva a família completa para reduzir as tensões domésticas geradas pelas mudanças de mentalidade individual.

Do ponto de vista científico, esse artigo, que faz parte de uma pesquisa maior, reafirma o cooperativismo como uma terceira via vital, dotada de uma alma pedagógica que a diferencia de qualquer estrutura puramente capitalista. Problematisa-se, contudo, a omissão do Estado, que permite que o sistema educacional formal atue como "cão de guarda" do capital, naturalizando a competição desde a infância. Diante disso, a inclusão do cooperativismo nos currículos escolares torna-se uma necessidade política emergencial para que a solidariedade deixe de ser a exceção e passe a ser a regra fundamental da formação cidadã. As críticas aqui tecidas não buscam invalidar os esforços realizados, mas atuam como um exercício de cuidado com a doutrina, garantindo que a essência da cooperação não seja diluída pelas pressões externas.

Conclui-se que o processo educativo na COOPERJA é dinâmico, vitalício e em constante movimento. Não há demérito em analisar as trajetórias e corrigir rotas; pelo contrário, a reflexão crítica é o que assegura a perenidade do sistema e a dignidade humana no campo. Nadar contra a corrente do sistema capitalista alienante muitas vezes nos faz sentir como peixes Betta ou Killifish, isolados em nossas naturezas solitárias. Contudo, iniciativas coletivas alinhadas à economia solidária nos recordam que somos, na verdade, como tainhas distantes de nossos cardumes originais. As práticas de educação cooperativa aqui vislumbradas atuam como um chamado de retorno à coletividade, permitindo que reencontremos o grupo e possamos, finalmente, migrar juntos para novos horizontes de autonomia e equidade.

Referências

- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda; POLLNOW, Germano Ehlert. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil rural meridional. **Revista Extensão Rural, DAER – CCR – UFSM**. V. 21, n. 2, p. 94-116, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BAUER, Martin. W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BOESSIO, Amábile Tolio; DOULA, Sheila Maria. Jovens rurais e processos de sucessão: em análise uma cooperativa agropecuária no triângulo mineiro. **Boletim de Pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**: Viçosa. N. 7, p. 29-37, 2015.
- CALGARO, Rosane. **A empresificação das Cooperativas brasileiras**: um estudo histórico em uma cooperativa de crédito. Curitiba: Universidade Positivo, 2016.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 1- 28, 1999.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo: São Paulo, 2016.
- FERREIRA, Palloma Rosa e SOUZA, Diego Neves de. Educação Cooperativista: Aprofundando o conceito. Viçosa: **Cooperativismo & Desarrollo**, v. 20, n 3, p. 110 – 128. 2019.
- FOSCHIERA, Atamis Antônio e NUNES, Juraildes Barreira. Cooperativismo: o processo histórico do cooperativismo e a visão do estado brasileiro. Tocantins: **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 5, p. 227-237, 2017.
- FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. Porto Alegre: **Sociologias**, ano 3, n. 6, p. 242-264, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da Liberdade**. 38^o edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GIDE, Charles. **O Cooperativismo**. Tradução: Egídio Francisco Schmitz. Brasília: Editora CONFEBRÁS, Edições Intercoop / Argentina, p. 196, 2008.
- HEDGES, Margot e SCHNEIDER, Jose Odelso. **Educação e Capacitação Cooperativa**: sua importância e aplicação. S/l: ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa - Unisinos, 2006.
- KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento Rural: Conceito e medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**: Brasília. V. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.
- MACEI, Demetrius Nichele. **Ato Cooperativo e tributação**. Curitiba: Juruá Editora. 2^a edição, 2014.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 5ª edição, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PASCHOAL, Adilson Dias. **História da Agricultura**: cinco séculos da Agricultura no Brasil. Piracicaba: FEALQ – Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz, 1ª edição, 2024.

REDIN, Ezequiel. **Ciências Rurais em Foco**. Belo Horizonte: Editora Poisson, 1ª edição, v. 9, 2023.

REISDERFER, Taís. **Educação cooperativa e os efeitos de sua implementação**: um estudo de caso do programa “Cooperativas Escolares” da Cooperativa Sicredi. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Cooperativas) – Universidade Federal do Rio Grande, São Lourenço do Sul, 2023.

REISDERFER, Taís; MENEZES, Gabrielito; BECKER, Claudio. Educação Cooperativa: Fundamentos e Impactos no Desenvolvimento das Cooperativas. In: XXVI ENPÓS – Encontro de Pós-graduação. Pelotas: UFPEL - Universidade Federal de Pelotas, **Anais**, 2024.

REISDERFER, Taís; BECKER, Claudio; TAVARES, Larissa Ferreira; KAUFFMAN, Marielen Priscila. Ações Fomentadoras de Práticas Educativas Cooperativas: uma análise da Cooperativa Agropecuária COOPERJA. In: **Anais 63º SOBER**, 2025.

SCHNEIDER, José Odelso. **Educação Cooperativa e suas práticas**. Brasília: SESCOOP, p. 256, 2003.

SCHNEIDER, José Odelso. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**. v. 3, n. 2, p. 251 – 273, 2012.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Brasília: Sociedade e Estado, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

VEDANA, Roberta; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; ARENDS-KEUENNING, Mary Paula. Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). **RESR - Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 61, n. 2, p. 1-22, 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida**. PGDR – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS): Porto Alegre. 1º edição, 366p., 2009.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução: Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2ª edição, 2001.